



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 371/2012

Altera a Lei nº 17.052, de 23 de janeiro de 2012.

Art. 1º A súmula e o art. 1º da Lei nº 17.052, de 23 de janeiro de 2012, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Súmula: Dispõe sobre a prática do turismo de aventura no Estado do Paraná.

Art. 1º A promoção do turismo de aventura observará o disposto nesta Lei.

§ 1º Para os fins desta Lei, consideram-se como turismo de aventura as atividades turísticas oferecidas comercialmente, usualmente adaptadas das atividades de aventura, que tenham ao mesmo tempo o caráter recreativo e envolvam riscos avaliados, controlados e assumidos.

§ 2º O turismo de aventura trata de atividade própria, distinta e decorrente dos esportes de aventura, os quais, por sua vez, devem ser regulados pelas respectivas Entidades Administrativas do Desporto de cada modalidade desportiva, respeitada a autonomia desportiva constitucionalmente garantida a tais entidades.”

Art. 2º O art. 2º da Lei 17.052, de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º A prática de turismo de aventura pautar-se-á pela preservação da integridade física de seus praticantes, observado ainda o controle dos impactos da atividade sobre o meio ambiente e as comunidades envolvidas.”

Art. 3º O art. 3º da Lei nº 17.052, de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º São requisitos para a promoção do turismo de aventura, nos termos da legislação em vigor:

I – autorização do órgão competente para a utilização de locais públicos ou privados para a realização da atividade;

II – responsabilização técnica de profissional habilitado para a atividade;

III – utilização de equipamento e técnicas adequadas à atividade;

IV – acompanhamento das atividades por profissionais habilitados;

V – prestação de primeiros socorros no local onde se realize a atividade, se necessário;

VI – condições de resgate da vítima, em caso de acidente.

Parágrafo único. Os equipamentos utilizados na prática de turismo de aventura devem apresentar certificado de qualidade expedido pelo órgão responsável em nível estadual, federal ou internacional – quando reconhecido pela Entidade Administrativa do Desporto da respectiva modalidade desportiva utilizada em tal prática turística”.

Art. 4º O art. 4º da Lei nº 17.052, de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º Fica o promotor de turismo de aventura obrigado a:

I – colher assinatura dos participantes em Termo de Conhecimento de Risco, no qual constem as obrigações da operadora, as características da atividade contratada e os riscos a ela inerentes;

II – divulgar publicamente, nos locais onde atue, as informações necessárias ao seguro desenvolvimento de suas atividades.”

Art. 5º O art. 6º da Lei nº 17.052, de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:


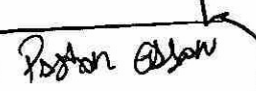
“Art. 6º Na prática do turismo de aventura deverão ser observadas, além do disposto na legislação pertinente e em seu regulamento, as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABTN.”

Art. 6º Ficam revogados os arts. 5º, 7º e 8º da Lei nº 17.052, de 2012.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator 


Rôê Lira


Prof. Louis



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 143/2013

Altera dispositivo da Lei nº
17.474, de 2 de janeiro de 2013.

Art. 1º Fica alterado o art. 6º da Lei nº 17.474, de 2 de janeiro de 2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º É vedada a designação de servidor efetivo para o exercício de função comissionada quando no exercício de cargo em comissão, salvo para a função de secretário de sessão de julgamento.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Rose Lira


Relator 


Prof. Lemos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 265/2013

Altera a redação dos arts. 183 e 184 da Lei nº 16.024, de 19 de dezembro de 2008.

Art. 1º Ficam alterados os arts. 183 e 184 da Lei nº 16.024, de 19 de dezembro de 2008, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 183. Ao funcionário acusado será dada a notícia dos termos da acusação, devendo ser ele citado para, no prazo de dez dias, apresentar defesa e requerer a produção de provas.

§ 1º A citação far-se-á:

I – por ofício, expedido pela autoridade instrutora do processo, a ser entregue diretamente ao indiciado mediante recibo em cópia do original, ou pela via postal, sob registro e com aviso de recebimento;

II – pelo meio eletrônico, através do Sistema Mensageiro, acompanhado da íntegra dos autos, sob a forma de arquivo anexo;

III – por mandado;

IV – por carta precatória ou de ordem;

V – por edital, com prazo de quinze dias.

§ 2º No caso de recusa do indiciado em opor o ciente na cópia da citação, que lhe é entregue em mãos, o prazo para defesa contar-se-á da data declarada, em termo próprio, pelo servidor designado a fazer a citação pela autoridade instrutora do processo, com a assinatura de duas testemunhas.

§ 3º A citação eletrônica, feita pelo Sistema Mensageiro, considerar-se-á realizada quando a mensagem for lida pelo destinatário, cuja data e horário ficarão registrados no sistema, salvo no período de afastamento do usuário, quando não serão computados os prazos em relação às mensagens de cunho pessoal.

§ 4º Far-se-á citação por meio de mandado, por oficial de justiça, quando frustrada a citação mediante ofício ou por meio eletrônico;

§ 5º Na citação por mandado, verificando que o funcionário se oculta para não ser citado, o oficial de justiça certificará a ocorrência e procederá a citação com hora certa, na forma estabelecida nos arts. 227 a 229 do Código de Processo Civil.

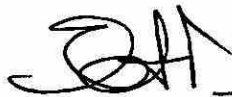
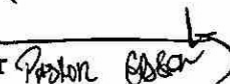
§ 6º Achando-se o indiciado em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, publicado três vezes no Diário da Justiça Eletrônico e afixado no átrio do Fórum.

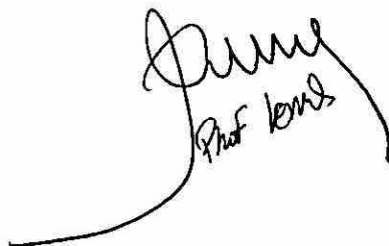
Art. 184. Em caso de revelia, inclusive na hipótese de o funcionário não comparecer após ser citado por hora certa, será designado pela autoridade competente bacharel para funcionar como defensor dativo ao funcionário.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator 


Prof. Lemos


Prof. Lima



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 289/2013

Dispõe sobre a estrutura funcional do Quadro de Pessoal do 1º Grau de Jurisdição do Poder Judiciário do Estado do Paraná, com inclusão de dispositivo na Lei nº 17.528, de 26 de março de 2013.

Art. 1º Fica alterada a Lei nº 17.528, de 26 de março de 2013, que passa a vigorar acrescida ao art. 4º-A, com a seguinte redação:

“Art. 4º-A. Os cargos de Assistente I de Juiz de Direito, simbologia 3-C e Assistente II de Juiz de Direito, simbologia 1-C, de provimento em comissão, destinados ao assessoramento dos Juízes de Direito do Estado do Paraná, criados nos termos da Lei nº 15.831, de 12 de maio de 2008, da Lei nº 16.957, de 5 de dezembro de 2011 e da Lei nº 17.215, de 9 de julho de 2012, passam a ser vinculados ao Quadro de Pessoal do 1º Grau de Jurisdição.”

Art. 2º Transfere os cargos ocupados, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, conforme a Tabela 3 do Anexo III da Lei nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010, para a Direção do Fórum das Comarcas relacionadas no Anexo I desta Lei até que se dê a respectiva vacância.

§ 1º Os ocupantes dos cargos efetivos de Técnicos Judiciário e Oficial Judiciário do Grupo Ocupacional Intermediário de Apoio Administrativo (IAD), e os ocupantes dos cargos de Auxiliar Judiciário II e III do Grupo Ocupacional Básico (BAS), providos por meio de teste seletivo ou concurso público vinculado às Comarcas do interior do Estado, agrupados ao Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça e que desempenhem suas atividades nas diversas comarcas do Estado, terão seus cargos vinculados à Direção do Fórum da Comarca onde atualmente atuam.

§ 2º Os cargos a que alude o § 1º deste artigo, que vierem a vagar a partir da vigência desta Lei, voltam a compor o quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em sua forma originária.

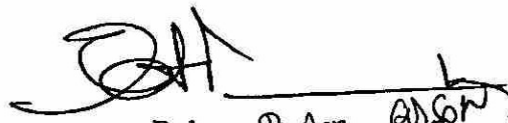
§ 3º Ficam assegurados aos servidores insertos nesta condição os mesmos direitos e deveres previstos aos servidores alocados na Secretaria deste Tribunal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

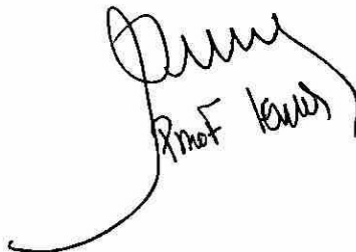
Sala das Comissões, 2 de dezembro de 2013.



ALEXANDRE CURI
Presidente



Relator *Relator* *Edson*



Prof. Leuz



Prof. Lita

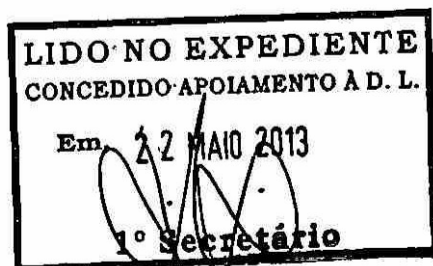


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Gabinete do DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO

PROJETO DE LEI Nº 209/2013



Sumula: Obriga os fornecedores de bens e prestadores de serviços localizados no Estado do Paraná a fixarem data e hora para entrega dos produtos ou realização dos serviços aos consumidores.

Art. 1º Ficam os fornecedores de bens e serviços, localizados no Estado do Paraná, obrigados a fixar data e hora para entrega dos produtos ou realização dos serviços aos consumidores.

Parágrafo único. A fixação da data e hora para entrega do produto ou realização do serviço ocorrerá no ato de sua contratação.

Art. 2º Os fornecedores de bens ou serviços poderão estipular, no ato da contratação, o cumprimento das suas obrigações nos turnos da manhã, tarde ou noite.

§ 1º - O período a que se refere o caput deste artigo será:

- I – o turno da manhã abrange o período de 07h às 12h;
- II – O turno da tarde abrange o período após as 12h até às 18h;
- III – O turno da noite abrange o período após as 18h até às 23h.

§ 2º - O fornecedor deverá informar, prévia e adequadamente, as datas e respectivos períodos disponíveis para entrega de produtos ou prestação de serviços, sendo assegurado ao consumidor o direito de escolher entre as opções oferecidas.

15:04 22/05/2013 004618 DF ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Gabinete do DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO

§ 3º - Mediante convenção especial entre as partes, em separado e de forma destacada, será possível a contratação da efetivação da entrega de qualquer mercadoria ou serviço no período após as 23h até as 7h.

Art. 3º No ato da finalização da contratação de fornecimento de bens ou da realização de serviços, o fornecedor entregará ao consumidor, por escrito, documento com as seguintes informações:

- I – identificação do estabelecimento comercial, da qual conste a razão social, o nome fantasia, o número de inscrição do CNPJ, o endereço e o número do telefone para contato;
- II – descrição do produto a ser entregue ou do serviço a ser prestado;
- III – data e período em que o produto deverá ser entregue ou prestado o serviço;
- IV – endereço onde deverá ser entregue o produto ou realizado o serviço.

Parágrafo único. No caso do comércio a distância ou não presencial, o documento a que se refere o caput deste artigo deverá ser enviado ao consumidor, previamente a efetiva entrega do produto ou realização do serviço, por meio de mensagem eletrônica, fac-símile, correio ou outro meio indicado.

Art. 4º O não cumprimento do disposto nesta Lei implicará nas sanções previstas nos art. 56 e seguintes do Código de Defesa do Consumidor – Lei 8.078/90.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor após 90 dias de sua publicação

Curitiba, em 13 de maio de 2013, 192.º da Independência e 125.º da República.


DOUGLAS FABRICIO
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO



JUSTIFICATIVA

A falta de mecanismos de fixação de garantias aos consumidores quanto a marcação de data e hora para a entrega de mercadorias ou prestação de serviços tem causado grandes transtornos para a população que se vem, por vezes, vítimas de abusos cometidos pelos seus fornecedores.

Em razão disso, os consumidores vêm sendo obrigados a aguardar a entrega do produto adquirido por vários dias em suas residências, segundo livre estipulação dos fornecedores.

Como se isso não bastasse, normalmente não é fixada data e hora para a entrega da mercadoria, obrigando os consumidores a manterem-se em sua residência durante o dia todo, sem a garantia de que a entrega se efetive e, ainda, sem qualquer comunicação por parte do fornecedor.

Em razão desta prática, os consumidores são obrigados a aguardar pacientemente pela entrega do produto ou serviço e deixam de realizar seus afazeres diários.

A Constituição Federal, em seu art. 24, V, outorga aos Estados a competência para legislar sobre consumo, o que eiva o presente projeto de constitucionalidade.

Por fim, a oportunidade da Lei que ora proponho e a sua conveniência são inquestionáveis, já que atendem a necessidade de não só ser preestabelecida data e hora para a entrega de mercadorias e prestação de serviços, como também a obrigatoriedade de seu cumprimento.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Pércles de Mello

PARECER AOS PROJETOS DE LEI Nº. 205/2013



Projeto de Lei nº 205/2013

Autor: Deputado Douglas Fabrício

Súmula: Obriga os fornecedores de bens prestadores de serviços localizados no Estado do Paraná a fixarem data e hora para entrega dos produtos ou realização dos serviços aos consumidores.

EMENTA: PRODUÇÃO E CONSUMO. AGENDAMENTO PARA ENTREGA DO PRODUTO OU PRESTAÇÃO DO SERVIÇO NO ATO DA CONTRATAÇÃO. ART. 24, V, DA CF. ART. 13, V, DA CE. ARTS, 6º, II, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. LIBERDADE DE ESCOLHA E IGUALDADE NAS CONTRATAÇÕES. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE AUFERIDAS. APROVAÇÃO.

I - RELATÓRIO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, visa obrigar os fornecedores de bens e serviços, localizados no Estado do Paraná, a fixarem data e hora para entrega dos produtos ou realização do serviço, no ato da contratação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello



II - ANÁLISE

Preliminarmente vale ressaltar que compete a Comissão de Constituição e Justiça, que em consonância com o disposto no artigo 33 - A, inciso I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, juridicidade, legitimidade do proponente, bem como se a técnica legislativa ora utilizada esta em conformidade com a Lei Complementar 95/1998.

Ademais, verifica-se que o artigo 24, inciso V na Constituição Federal de 1988, a competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal para legislar concorrentemente, vejamos:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar **concorrentemente** sobre:

(...)

V – produção e consumo;

Destarte verificamos que o artigo 13 da Constituição Estadual traz o texto no mesmo sentido de que é competência concorrente para legislar sobre produção e consumo.

José Afonso da Silva, em seu Curso de Direito Constitucional Positivo elucida que em se tratando de matéria de competência concorrente, deve compreender dois elementos, primeiro a possibilidade de disposição sobre o mesmo assunto por mais de uma entidade federativa, e ainda a primazia da União Federal no que tange à fixação normas gerais.

Dentro da separação dos três, o Legislativo tem como principal função a de legislar, dessa forma, não resta dúvidas quanto à



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello



competência do legislativo para dispor sobre assuntos que estejam contidos no artigo 24 da Magna Carta.

A respeito da iniciativa de Projetos de Lei, o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, dispõe que a iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.
(...)

Ainda, sobre a iniciativa das leis, na Constituição Estadual do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

O que o Ilustre Deputado pretende com o presente Projeto de Lei, é assegurar que o consumidor tanto de prestação de serviços, como aqueles em que realizaram um compra, tenham a garantia de ter seu direito assegurado, a ponto de que seja marcada hora para a entrega ou prestação de serviço.

Com o Código do Consumidor vigente, não tem regulamentação alguma a respeito dessa matéria, desta forma, é constitucional o Projeto ora discutido.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.



CONCLUSÃO

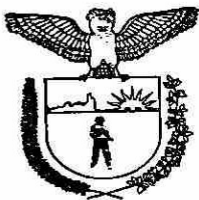
Diante do exposto, opina-se pela **aprovação** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **constitucionalidade**.

Sala das Comissões, 09 de junho de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO PÉRICLES DE MELLO
RELATOR

APROVADO
09.07.13



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
17ª Legislatura 3ª Sessão Legislativa**



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 205/2013

Súmula: Obriga os fornecedores de bens e prestadores de serviços localizados no Estado do Paraná a fixarem data e hora para entrega dos produtos ou realização dos serviços aos consumidores

RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 205/2013, de autoria do Dep. Douglas Fabrício tem por objetivo, obrigar os fornecedores de bens e prestadores de serviços localizados no Estado do Paraná a fixarem data e hora para entrega dos produtos ou realização dos serviços aos consumidores.

Em observação ao art. 33-M do Regimento Interno da Assembleia Legislativa compete a esta Comissão de Indústria e Comércio manifestar-se em relação Projeto de Lei em tela.

FUNDAMENTAÇÃO

É evidente que a falta de dia marcado para entrega da mercadoria, causa um transtorno ao consumidor, que muitas vezes se veem refém do prestador de serviço ou da loja em que adquiriu o produto.



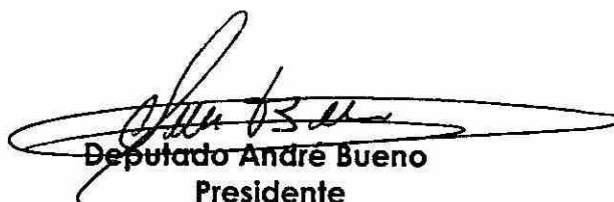
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
17ª Legislatura 3ª Sessão Legislativa

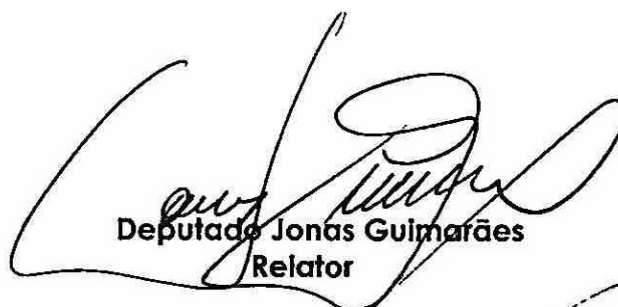


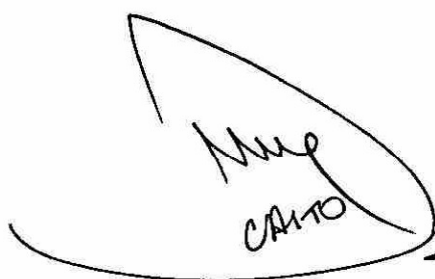
CONCLUSÃO

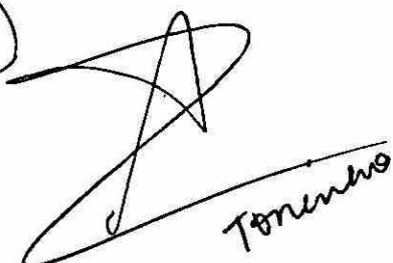
Diante do exposto, esta Comissão de Indústria e Comércio opina pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei 205/2013.

Sala das Comissões, 14 de agosto de 2013.


Deputado André Bueno
Presidente


Deputado Jonas Guimarães
Relator


Mário Catto


Toninho


Nelson Sauer



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Nereu Moura, Deputado Pedro Lupion,
Deputado Péricles de Holleben Mello, Deputada Rose Litro e Deputado Anibelli Neto



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 205/2013

Súmula: Obriga os fornecedores de bens e prestadores de serviços, localizados no Estado do Paraná a fixarem data e hora para entrega dos produtos ou realização dos serviços aos consumidores.

Autor: Deputado Douglas Fabricio

Justificativa: Facilitar o acesso do consumidor aos bens e serviços adquiridos

Pareceres Favoráveis: Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Indústria e Comércio

PARECER

Quanto à competência desta Comissão, in verbis:

“Art.33-P Compete à Comissão de Defesa do Consumidor manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor.”

Diante do tema exposto esta Comissão é competente para apreciar e emitir o devido parecer.

Desta feita, a justificativa apresentada pelo parlamentar proponente do Projeto de Lei é suficiente para balizar a sua apresentação, uma vez que, trata da proteção dos interesses do consumidor.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Nereu Moura, Deputado Pedro Lupion,
Deputado Péricles de Holleben Mello, Deputada Rose Litro e Deputado Anibelli Neto



Por outro lado, o objetivo a ser atingido com o Projeto de Lei está em consonância com os ditames do Direito do Consumidor, haja vista buscar que o consumidor tenha o direito de receber os produtos que adquiriu dentro de sua rotina diária.

Cumprе ressaltar que o mecanismo apresentado pelo Projeto é adequado ao propósito da Lei, visando que o consumidor não seja prejudicado em seus compromissos, para poder receber em seu endereço os bens adquiridos.

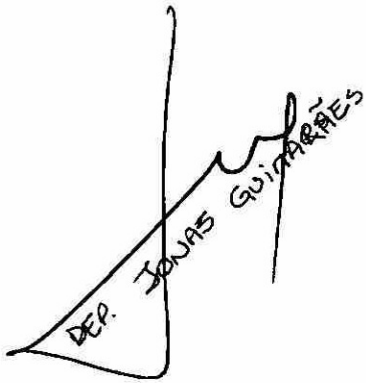
Assim, não havendo óbice legal, emite-se **PARECER FAVORÁVEL** ao prosseguimento da tramitação do presente Projeto de Lei.


É o Parecer.

Sala das Comissões, em 13 de NOVEBRO de 2013.


Deputado Paranhos
Presidente


Deputado Péricles de Mello
Relator


DEP. JONAS GUIMARÃES


DEP. ADELINO RIBEIRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL WILSON QUINTEIRO



Projeto de Lei nº 352/13

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 12 AGO. 2013

Ruy
1º Secretário

Determina a comunicação, por parte dos hospitais, clínicas e postos de saúde que integram as redes pública e privada de saúde do Estado, das ocorrências envolvendo embriaguez ou consumo de drogas por criança ou adolescente, na forma que especifica.

Art. 1º - Os hospitais, os postos de saúde e as clínicas que integram as redes pública e privada de saúde do Estado ficam obrigados a comunicar imediatamente ao Conselho Tutelar, aos pais ou responsáveis legais, o atendimento, em suas dependências, de criança ou adolescente recebido em estado de embriaguez ou consumo de drogas.

Art. 2º - Ao Conselho Tutelar caberá tomar a providência cabível a cada caso, nos termos previstos na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Art. 3º - Em caso de descumprimento, sem justificativa, desta norma, o estabelecimento de saúde responsável pelo atendimento à criança ou adolescente incorrerá nas seguintes penalidades:

I – advertência;

II – pagamento de multa no valor de 50 UPF - PR (cinquenta Unidades Padrão Fiscal do Paraná) e, em caso de reincidência, o valor será cobrado em dobro, sendo prioritariamente destinado às clínicas de recuperação de dependentes químicos do Estado do Paraná.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de agosto de 2013.


WILSON QUINTEIRO
Deputado Estadual – PSB



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL WILSON QUINTEIRO



JUSTIFICATIVA

Estudos recentes apontam o crescimento do uso abusivo do álcool entre jovens e adolescentes e a diminuição da idade em que os indivíduos têm o primeiro contato com a droga. Alguns dados alarmantes são evidenciados em pesquisa feita pela Organização Mundial de Saúde – OMS: uma em cada quatro crianças de 9 anos já provou alguma bebida alcoólica, a idade média em que os jovens ficam bêbados é de 13 anos e 29% dos adolescentes de 15 anos bebem toda semana. Com relação à dependência, pesquisa feita pela Secretaria Nacional Antidrogas – Senad – mostrou que 22% dos jovens estão em risco de desenvolver alcoolismo.

O consumo excessivo de álcool é causa de preocupações, angústias e sofrimento para muitas famílias, e existe o entendimento no meio médico de que quanto mais cedo for o consumo de bebidas alcoólicas, maior é a chance de se desenvolver a dependência da substância e, inclusive, de outras drogas.

É com o intuito de precaver o aumento da incidência do alcoolismo e do uso de drogas e de resguardar a juventude mineira que é apresentada esta proposição, visando alertar os responsáveis legais por crianças e adolescentes, além do Conselho Tutelar, para que tomem as providências que forem cabíveis em cada caso.

Por isso conto com o apoio dos nobres pares desta Casa de Leis, para a aprovação da presente proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



REQUERIMENTO

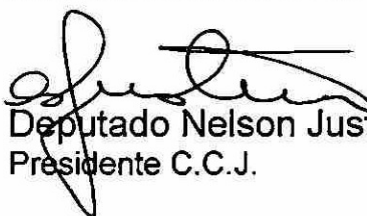


Súmula: Requer a aneção dos Projetos de Lei nº 375/2013 e 352/2013, por tratarem de matérias correlatas.

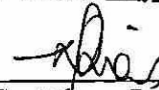
Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, **REQUER**, após ouvido o Soberano Plenário, a **aneção do Projeto de Lei nº 375/2013 ao Projeto de Lei nº. 352/2013**, conforme dispõe o artigo 120 do Regimento Interno desta Casa de Leis, por tratarem de matérias correlatas.

Sala das Sessões, 04 de setembro de 2013.


Deputado Nelson Justus
Presidente C.C.J.

le-se e encaminhe-se
para Providências
em 5/9/13



Praça Nossa Senhora da Saete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

15:15 04/09/2013 007762 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 352/2013

ANEXADO AO 375/2013

Projeto de Lei nº 352/2013 (Anexo: 375/2013)

Autor: Deputado Estadual Wilson Quinteiro (Anexo: Roberto Aciolli)

Súmula: Determina a comunicação, por parte dos hospitais, clínicas e postos de saúde que integram as redes públicas e privadas de saúde do Estado, das ocorrências envolvendo embriaguez ou consumo de drogas por crianças ou adolescentes.

EMENTA: SAÚDE. COMUNICAÇÃO DE OCORRENCIAS ENVOLVENDO EMBRIAGUEZ OU CONSUMO DE DROGAS POR CRIANÇAS OU ADOLESCENTES. LEGITIMIDADE PARLAMENTAR AFERIDA. COMPETÊNCIA CONCORRENTE. PROTEÇÃO E DEFESA DA SAÚDE. ART. 24, XII DA CF. MATÉRIA NÃO DISCIPLINADA NO ECA. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Wilson Quinteiro, visa disciplinar sobre a obrigatoriedade por partes de hospitais, clínicas e postos de saúde, da rede pública ou privada de saúde do Estado, a comunicar ocorrências envolvendo embriaguez ou consumo de drogas por crianças e adolescentes ao Conselho Tutelar e aos pais ou responsáveis, no âmbito do Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, inciso I do Regimento Interno da Assembléia



Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso)

Ressalta-se que o nobre parlamentar possui a prerrogativa de iniciativa do projeto de lei conforme estabelecido pelo art. 65 da Constituição do Estado do Paraná e, bem como, pelo art. 124 do Regimento Interno desta casa respectivamente:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Art. 124 A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembléia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Há que se observar que inexistente regulamentação por Lei Federal acerca dessa prática, sendo prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente apenas a comunicação de casos de maus tratos, conforme se depreende da leitura do artigo 13, da



Lei 8069/1990, conforme segue:

Art. 13. Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.

Ademais, quanto às obrigações dos hospitais, o rol elencado no artigo 10 do referido Estatuto também não menciona sobre a comunicação das ocorrências especificadas:

Art. 10. Os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a:

I - manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de dezoito anos;

II - identificar o recém-nascido mediante o registro de sua impressão plantar e digital e da impressão digital da mãe, sem prejuízo de outras formas normatizadas pela autoridade administrativa competente;

III - proceder a exames visando ao diagnóstico e terapêutica de anormalidades no metabolismo do recém-nascido, bem como prestar orientação aos pais;

IV - fornecer declaração de nascimento onde constem necessariamente as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato;

V - manter alojamento conjunto, possibilitando ao neonato a permanência junto à mãe.

Dessa forma, entende-se que o estado detém competência para legislar sobre o assunto, conforme preceitua o artigo 24, § 3º, da Constituição Federal:



Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

..

§ 3º - Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades;

A Constituição Estadual do Paraná em perfeita consonância com a Constituição Federal vem, em seu artigo 13, enunciar que:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

...

§ 2º. Inexistindo lei federal sobre as normas gerais, o Estado poderá exercer competência legislativa plena para atender às suas peculiaridades;

Observa-se que a proposição em tela, não possui qualquer vedação Constitucional, tampouco adentra na competência do Governador do Estado, eis que a implantação de tal obrigatoriedade, não importa em nenhuma ação descrita nos incisos do artigo 66, da Constituição do Estado do Paraná.

Sobre a análise perante a Lei Complementar nº 101/2000, verifica-se que o presente projeto não importa em acréscimo de despesa ao Estado.

Por fim, quanto ao item técnica legislativa, inexistente vício de formalidade no referido Projeto de Lei, nos termos da Lei Complementar 95/1998.




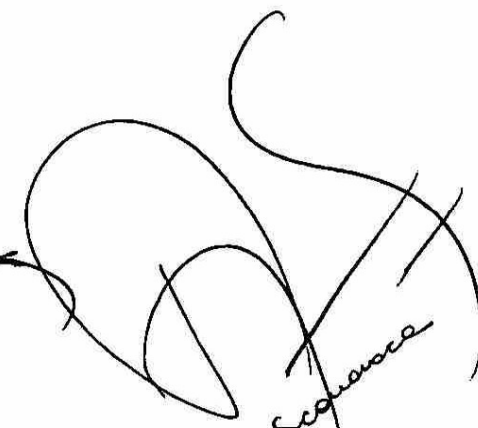
CONCLUSÃO

Diante do exposto, ~~em sede de análise prévia~~ ^{valendo}, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE**.

Sala das Comissões de setembro de 2013.


Dep. Nelson Justus Coito
Presidente


Dep. Pr. Edson Praczyk
Relator

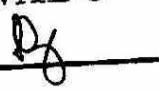

Dep. Sequencia


Dep. Turini


Dep. Cori


Dep. Tadeu

APROVADO

01/10/13 



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 352/2013
ANEXADO AO 375/2013

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado Wilson Quinteiro, anexo do Deputado Roberto Accioli, que determina a comunicação dos hospitais, clínicas e postos de saúde que integram as redes pública e privada de saúde do Estado, das ocorrências envolvendo embriaguez ou consumo de drogas por criança ou adolescente, na forma que especifica.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por objetivo de alertar os responsáveis legais de crianças e adolescentes que, em razão de álcool, drogas e/ou consumo de energéticos, tiverem que ser atendidos em caráter de urgência em hospitais, prontos-socorros, clínicas, da rede pública ou privada, alertando, também, o Conselho Tutelar da Cidade, para que este tome as providências cabíveis em cada caso.

Isto posto, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 28 de outubro de 2013.

DR BATISTA
Presidente

Relator



**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E
IDOSO**

Projeto de Lei Nº 352/2013 anexado ao 375/2013

Autores: Deputado WILSON QUINTEIRO

Deputado ROBERTO ACIOLLI

O Projeto de Lei nº 352/2013, de autoria do Deputado Wilson Quinteiro, que teve anexado o Projeto de Lei nº 375/2013, proposto pelo Deputado Roberto Aciolli, nomeados, visa determinar a comunicação pelos hospitais, clínicas e postos de saúde integrantes das redes pública e privada de saúde do Estado, das ocorrências envolvendo embriaguez ou consumo de drogas por crianças ou adolescentes.



O referido projeto já obteve parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, bem como da Comissão de Saúde Pública.

Assim, esta Comissão, considerando os reflexos salutares que poderão advir da aprovação do presente projeto de lei, manifesta-se FAVORÁVEL à sua normal tramitação.

Sala das Comissões, 04 de novembro de 2013.


Deputada ROSE LITRO

Presidente


Deputado CAIO QUINTANA
Relator

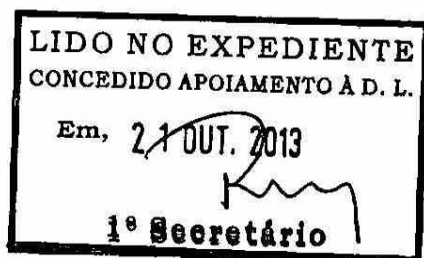

ELTON WELTER





Projeto de Lei Nº

539/13




Súmula: Concede o título de Cidadão Honorário do Estado Paraná ao Senhor **EUCLIDES BOGONI**.

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado Paraná ao Senhor **EUCLIDES BOGONI**.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões 17 de Outubro de 2013.


TERUO KATO
Deputado Estadual - PMDB


FERNANDO SCANAVACCA
Deputado Estadual - PDT



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

Justificativa



O nome do jornalista Euclides Bogoni está intimamente ligado à história do jornalismo de Paranavaí e do próprio Estado do Paraná, como um dos seus mais antigos militantes.

Natural de Videira, Estado de Santa Catarina, onde nasceu aos 28 de fevereiro de 1934, Bogoni emigrou para o Norte do Paraná com seus pais, Maria Miglioranza Bogoni e Ângelo Bogoni que, com os demais filhos, deixou sua loja de secos e molhados na região natal, a colônia de vinhedos, o gado de leite, e a produção artesanal de gêneros alimentícios, como vinho, queijo e salame, cedendo aos encantos da vasta propaganda imobiliária dos anos 40 e 50, em torno do novo eldorado que era o Norte do Paraná.

Com a família estabelecida em Alto Paraná, o espírito inquieto próprio da adolescência levou o jovem Euclides Bogoni a ampliar suas explorações em torno do conhecimento e da sociedade, construindo um significativo lastro de amizades em povoados adjacentes, como Capelinha (hoje Nova Esperança) e a Fazenda Brasileira (então recém-batizada com o nome de Paranavaí).

Dedicado à leitura e à arte de escrever, impelido pelas novas amizades, logo conseguiu emprego no Paranavaí Jornal, criado pelo tenente da Marinha Brasileira aposentado, Caetano Ferreira, conhecido por Pracinha, que era impresso em Maringá. No final de 1954 o jornal deixou de circular, surgindo a "Folha de Paranavaí", criado pelo mesmo Caetano Ferreira. Bogoni assumiu a chefia de redação. Em 1955 a grande geada dizimou os cafezais, que começavam a produzir e a oferecer retorno econômico ao investimento feito pelos desbravadores e pioneiros, e principal produto agrícola da região. Desolado pelo impacto negativo da intempérie que comprometia o progresso da cidade, Caetano Ferreira fechou o jornal em 31 de julho de 1955 e regressou ao Rio de Janeiro com a esposa, nunca mais voltando a Paranavaí.

Num momento de incertezas provocadas pelo virtual extermínio dos cafezais, monocultura que dominava o território Noroeste paranaense, emergiu o tirocínio, a coragem e o espírito desbravador do jovem Euclides Bogoni. Refletindo os arroubos próprios da juventude, então com 21 anos de idade, inspirado e atraído pela lide jornalística, lançou-se a uma empreitada desafiadora. Contrariando os espíritos menos afoitos, diante da adversidade que se projetava para o desenvolvimento da cidade e da região, formatizou uma nova publicação de caráter regional com o nome de "O Noroeste", que circulou pela primeira vez em 23 de outubro de 1955.



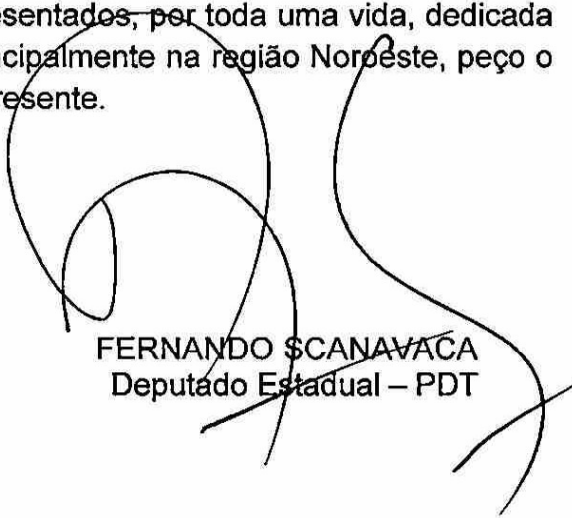
De quinzenário o jornal passou a semanário, impresso em Maringá, e dois anos depois, em 1957, com a inauguração de seu próprio parque gráfico, evoluiu para trissemanário e, no aniversário de quatro anos, em 23 de outubro de 1959, passou a diário, assim continuando até os dias atuais. Surpreendendo aos incrédulos de então pela circulação diária, o título foi averbado para Diário do Noroeste, que se tornou o diário oficial de toda a região Noroeste do Paraná e o mais antigo do interior do Estado em circulação, depois da Folha de Londrina.

Durante esses quase 60 anos de atividade jornalística, Euclides Bogoni tem participado com plena dedicação em favor das grandes causas comunitárias, econômicas, sociais e políticas da região Noroeste do Estado. Quer seja através de ênfase às ideias positivas emanadas da própria população e de seus representantes, quer seja de iniciativa própria, não deixando que o fato gestado caísse no simples esquecimento, a exemplo do que ocorreu recentemente com a criação da Reitoria da Universidade Estadual do Paraná e vem ocorrendo com a duplicação da BR-376 rumo ao Mato Grosso do Sul, sem contar milhares de outros eventos, de menor ou maior repercussão na economia e no desenvolvimento regional.

Prestes a completar 80 de idade, Euclides Bogoni preside com imparcialidade seu matutino, publicando os fatos como acontecem, retratando a verdadeira expressão da verdade. Jamais transigiu com interesses escusos, não se aliou em conluios ideológicos ou partidários. Digno jornalista que deve servir de exemplo às novas gerações, tendo prosperado o que merece e que a vida lhe deu, fruto de muito trabalho e dedicação à sua profissão. Pauta em suas páginas a história de Paranavai e região Noroeste do Paraná, com muita altivez, digna de um grande homem que dedica sua vida a uma causa com a nobreza e objetividade de vida.

Pelos motivos apresentados, por toda uma vida, dedicada ao jornalismo e a valorização do Paraná, principalmente na região Noroeste, peço o apoio dos nobres pares, pela aprovação do presente.


TERUO KATO
Deputado Estadual – PMDB


FERNANDO SCANAVACCA
Deputado Estadual – PDT



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 539/2013

Projeto de Lei nº. 539/2013

Autores: Deputado Teruo Kato.

Deputado Fernando Scanavaca.

Súmula: CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ AO SENHOR EUCLIDES BOGONI.

EMENTA. TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO. LEI 13.115/01 ALTERADA PELAS LEIS 14.667/05 E 16.213/09. POSSIBILIDADE FACE AO PRÉENCHIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

O presente Projeto de Lei, de autoria dos Deputados Teruo Kato e Fernando Scanavaca, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Euclides Bogoni.

Dispõe a Lei 13.115 de 14/02/2001 alterada pelas Leis de nº 14.677 de 06/04/2005 e 16.213 de 17 de agosto de 2009:



Art. 1º. O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa com reputação ilibada e conduta pessoal e profissional irrepreensíveis que tenha prestado relevantes serviços de abrangência estadual e de contribuição significativa para todo Estado do Paraná e que satisfaça ao menos 4 (quatro) das seguintes condições:

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

I - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

II - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

III - biografia com registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacional e da cidadania;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

IV - notório conhecimento e saber na área de atuação;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

V - publicações de abrangência estadual em periódicos, jornais, revistas ou outros meios de comunicação.

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Parágrafo único. No momento da propositura devem ser anexadas certidões negativas e criminais, com a finalidade de comprovar sua reputação ilibada, conduta profissional e pessoal irrepreensíveis do homenageado e demais documentos para atendimento ao disposto no caput deste artigo.

(Incluído pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Diante da previsão legal, verifica-se que cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento da Assembleia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de cidadão honorário, de forma que o parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente Projeto.

No mesmo sentido, diante da informação da liderança através do ofício em anexo, o partido ainda possui quotas para concessão do referido título de cidadão honorário.



No que tange aos requisitos exigidos pela Lei, estes restam preenchidos, com as certidões necessárias devidamente juntadas, não encontrando óbices para normal tramitação do presente projeto de lei.

Assim, diante da **LEGALIDADE** do tpresene projeto, opinamos pela sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2013.



Deputado NELSON JUSTUS

Presidente



Deputado CAIO QUINTANA

Relator



APROVADO

19.11.13



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



PROJETO DE LEI 613/13

SÚMULA: Cria 6 (seis) cargos de Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, e adota outras providências.

Art. 1.º Ficam criados 6 (seis) cargos de Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau, de entrância final, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

Art. 2.º Ficam criados 6 (seis) cargos de Assessor de Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau, de provimento em comissão, simbologia 1-C e 6 (seis) cargos de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 1-C, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, destinados ao assessoramento dos Juízes de Direito Substitutos em Segundo Grau, passando a integrar o Anexo III, Tabela 2, da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997, consolidado no Anexo II da Lei 14.807, de 20 de julho de 2005.

Parágrafo único. Os cargos criados na forma do *caput* são privativos de Bacharel em Direito.

Art. 3.º Ficam alterados os Anexos V e IX, Tabela 1, da Lei referida no art. 1.º.

Art. 4.º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 5.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei tem por finalidade criar 6 (seis) cargos de Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau, conforme consta do protocolado de nº 394.901/2013, visando a expansão da prestação jurisdicional no Estado do Paraná.

A proposta é manifestamente pertinente, pois é notória a contínua elevação do volume de recursos distribuídos neste Tribunal, tanto que recentemente, o Colendo Órgão Especial propôs a criação de 25 (vinte e cinco) cargos de Desembargador, o que foi aprovado pela Assembleia Legislativa e sancionado pelo Governador do Estado.

A consequência deste grande volume recursal é o represamento de considerável quantidade de feitos no setor de distribuição. Atento a isso, o Órgão Especial aprovou, em recente sessão, regime de exceção com o fim de amenizar este déficit, o que certamente exigirá a atuação de Juízes de Direito Substitutos em Segundo Grau.

Por outro, lado, atualmente 08 (oito) Juízes de Direito Substitutos em Segundo Grau estão convocados para auxiliar a Cúpula Diretiva, circunstância que, em maior ou menor grau, será mantida de forma permanente.

Por isso a importância da presente proposta, cuja aprovação importará em relevante contribuição para agilidade da prestação jurisdicional, tendo como fim a garantia constitucional da duração razoável do processo.

A criação dos 6 (seis) cargos de Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau, de entrância final, bem como a criação dos cargos de assessoramento, foram objeto de aprovação pelo colendo Órgão Especial do Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos, em Sessão realizada no dia 28 de outubro de 2013.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Ressalte-se que os Anexos alterados pela proposta do Anteprojeto de Lei deverão ser publicados juntamente com o texto final da lei, vez que são parte integrante da mesma.

Registre-se que os custos do presente projeto são estimados em aproximadamente R\$ 521.000,00 (quinhentos e vinte e um mil reais) para o exercício de 2013, R\$ 3.420.000,00 (três milhões quatrocentos e vinte mil reais) para o exercício de 2014 e R\$ 3.750.000,00 (três milhões setecentos e cinquenta mil reais) para o exercício de 2015, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça.

Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário relativo ao 2º Quadrimestre de 2013, a despesa de pessoal situou-se em 4,63% (quatro vírgula sessenta e três por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Encontra-se em anexo a Declaração do Ordenador da Despesa de que o aumento tem adequação com a lei orçamentária para o exercício de 2013, aprovado pela Lei Estadual nº 17.398, de 18 de dezembro de 2012, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

h



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (**Lei de Responsabilidade Fiscal**), declaro que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que dispõe sobre a criação 6 (seis) cargos de Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau, apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2013, aprovado pela Lei Estadual 17.398, de 18 de dezembro de 2012, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Curitiba, 29 de outubro de 2013.

Desembargador **GUILHERME LUIZ GOMES**
Presidente do Tribunal de Justiça

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ								
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003								
CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO IX								
CARGOS DA MAGISTRATURA ESTADUAL - TABELA 1								
COMARCAS	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito Juiz de Direito	Juiz de Direito da Turma Recursal	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total
.....								
1ª INSTÂNCIA								
ENTRÂNCIA FINAL								
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA								
Foro Central de Curitiba		34	41	8	8	22		113

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ										
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003										
MAGISTRATURA ESTADUAL — ANEXO V										
COMARCAS / FORO	ENTRÂNCIA	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito da Turma Recursal	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total	
...										
1ª INSTÂNCIA										
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA										
Foro Central de Curitiba	Final		66	94	8	20	64		252	
...										

[Handwritten signature]



Estado do Paraná
Poder Judiciário

Protocolo nº 394.901/2013

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO ECONÔMICO E FINANCEIRO
DIVISÃO DE CONTADORIA GERAL

Informação nº 247/2013-P

Senhor chefe:

Em cumprimento ao contido no ofício presidencial de fls. 02, relativo a análise dos custos da criação de 06 cargos de Juiz de Direito Substituto em 2º Grau, bem como o respectivo estrutura de gabinete, informo que levando-se em consideração os custos constantes na informação de fls. 6 e verso, caso se efetive em novembro do exercício corrente e a projeção para os dois seguintes, em relação aos limites orçamentários e financeiros nos termos dos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

Projeção do incremento da despesa

Exercícios	2013	2014	2015
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			
6 cargos de Juiz Subs.	293.527	2.603.182	2.863.448
12 Cargos em Comissão - 1C	95.823	627.836	697.184
TOTAL	489.350	3.231.018	3.560.633
OUTRAS DESPESAS CORRENTES			
18 Auxílios Alimentação (Mag. e CC)	25.560	153.360	153.360
6 Auxílios Saúde - Mag.	5.773	34.636	34.636

Observação: Para a despesa com pessoal foi considerado os encargos patronais e a projeção de reajuste de 5%a.a. para os Magistrados e 6%a.a. para os Cargos em Comissão para 2014 e 2015.

Considerando a projeção acima, procedemos à análise quanto à observância dos limites de gastos com pessoal, nos termos da mencionada Lei para os respectivos exercícios:

I - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - LRF

EXERCÍCIOS	2013	%	2014	%	2015	%
RCL	22.214.812.000		25.037.144.000		28.218.046.000	
DLP	1.073.070.801	4,83	1.190.028.325	4,75	1.217.622.237	4,32
DLP 2	1.073.560.152	4,83	1.193.259.344	4,77	1.221.182.870	4,33

Observações:

- 1) Para o cálculo da Receita Corrente Líquida - RCL foi considerado o reajuste de 12,70% conforme média dos últimos 3 anos.
- 2) Para o valor da Despesa Líquida de Pessoal - DLP foi calculado com base na projeção anual de 10% das despesas com a folha de pagamento (TJ e FUNJUS) e processos que foram informados.
- 3) Para a Despesa Líquida de Pessoal 2 - DLP 2 é o somatório da despesa DLP mais o custo do presente expediente

Os limites de despesa com pessoal de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, estão assim definidos:

- 1) pruderencial, § único do Art. 22, é de 5,70%;
- 2) máximo (Tribunal de Justiça), § 1º do Art. 20, é de 6,00%.

Sob os enfoques das Leis de Orçamento, a presente situação consiste na seguinte análise:



Estado do Paraná
Poder Judiciário

Protocolo nº 394.901/2013

Informação nº 247/2013-P

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO ECONÔMICO E FINANCEIRO
DIVISÃO DE CONTADORIA GERAL



II - IMPACTO ORÇAMENTÁRIO - LOA

Verificando o contido na Lei Orçamentária Anual nº 17.398/12 para o exercício de 2013, constatei a existência de saldo orçamentário suficiente para atender a presente solicitação na fonte 100 - ordinário não vinculado, do projeto/atividade - 0500.02061434.005 Promover e Gestionar as Atividades Judiciárias.

III - IMPACTO FINANCEIRO - LDO

A Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO nº 17.219/2012, para o exercício de 2013, no artigo 7º estabelece que o limite de gasto do Poder Judiciário é de 9,5% da receita líquida.

IV - PLANO PLURIANUAL - PPA

A Lei nº 17.013/11 que instituiu o Plano Plurianual para o período de 2012 a 2015 o qual estabelece que as propostas orçamentárias deste Tribunal sejam elaboradas com base no percentual de 9,5% para 2013 da Receita Líquida, dando guarida às ampliações necessárias ao Poder Judiciário.

Assim sendo, informo que a despesa em questão está em conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Plano Plurianual e a Lei Orçamentária Anual.

Finalmente, sugerimos encaminhar este expediente ao Gabinete do Presidente, para os devidos fins.

É a informação.

Em, 22 de outubro de 2013.

Bel. **José Renato Mazzarotto**

Economista

Chefe da Seção de Execução Orçamentária

De acordo.

À Diretora do Departamento

Econômico e Financeiro.

Em, 22 de março de 2013.

Bel. **Sergio Vila**

Contador

Chefe da Divisão de Contadoria Geral

Ciente, de acordo com a presente Informação.

Encaminhe-se ao Gabinete do Presidente.

Em, 22/10/2013

Bel. **Amarilis Vellozo Machado**

Diretora do Departamento

Econômico e Financeiro



TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

Curitiba, 29 de outubro de 2013.
Of. nº 1.167/2013-GP

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 18 NOV. 2013

1º Secretário

A sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências

Em 18/11/2013

Presidente

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que propõe a criação de 6 (seis) cargos de Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, e adota outras providências.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

Desembargador **GUILHERME LUIZ GOMES**
Presidente do Tribunal de Justiça



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 613/2013

Projeto de Lei nº. 613/2013

Autor: Tribunal de Justiça

Súmula: Cria 6 (seis) cargos de Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau, alterando a Lei Estadual nº. 14.277, de 30 de dezembro de 2003, e adota outras providências.

EMENTA: PODER JUDICIÁRIO. CRIAÇÃO DE CARGO JUIZ SUBSTITUTO EM SEGUNDO GRAU. CRIAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTS. 65 E 101 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ARTS. 33 E 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Tribunal de Justiça do estado do Paraná, tem por objetivo criar 6 (seis) cargos de Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau, alterando a Lei Estadual nº. 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

VISTA EM 19/11/13

Fernando Sc

André
CCJ

*Retirada
vista
decretada*



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Para tanto, apresenta alteração na Lei Estadual n.º. 14.277/2003 (Código de Organização e Divisão Judiciária), fazendo as adequações necessárias.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar o contido na Constituição Estadual, mais precisamente em art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos Nossos).

Simetricamente, dispõe a Constituição Federal competência privativa ao Tribunal de Justiça a propositura ao Poder Legislativo a criação e a extinção de cargos bem como remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Art. 96. Compete privativamente:

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver; (Grifos Nossos).

Corrobora deste entendimento a Constituição Estadual:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembléia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhe forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I da Constituição Federal;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.

Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o **Tribunal de Justiça** anexou ao projeto, declaração do Ordenador de Despesa de que o aumento tem adequação com a lei orçamentária para o exercício de 2013, aprovado pela Lei Estadual 17.398/2012 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº. 17.013/2011.

Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

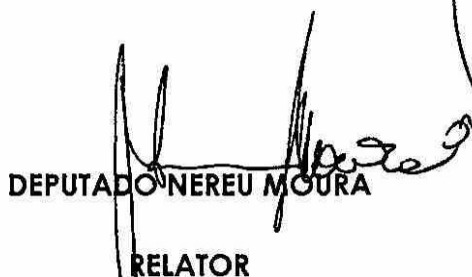


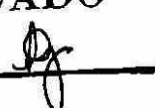
CONCLUSÃO

Diante do exposto, manifesta-se pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei em estudo, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE**, bem como por estarem presentes todos os requisitos legais e de técnica legislativa.

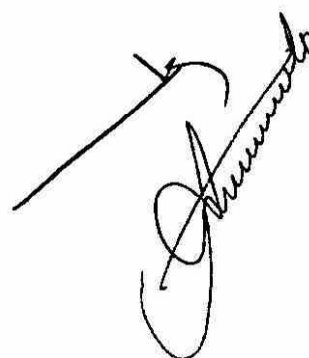
Sala das Comissões, 19 de novembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO NEREU MOURA
RELATOR

APROVADO
19.11.13 







ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 613/13

RELATÓRIO

O Plano de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 1.167/2013, que cria 06 (seis) cargos de Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau, de entrância final, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, cria ainda, 06 (seis) cargos de Assessor de Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau, de provimento em comissão, simbologia 1-C e 06 (seis) cargos de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 1-C, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, destinados ao assessoramento dos Juízes de Direito Substituto em Segundo Grau, passando a integrar o Anexo III, Tabela 2, da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997, consolidado no Anexo II da Lei nº 14.807, de 20 de julho de 2005.

Inicialmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Nereu Moura exarou o devido parecer favorável, em virtude de sua Constitucionalidade, bem como por estarem presentes todos os requisitos legais e de técnica legislativa.

FUNDAMENTAÇÃO

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em tela a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida à análise da Proposição, sob a análise desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta pelo Tribunal de Justiça encontra-se plenamente justificada.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



Vale ressaltar que a Constituição Estadual, em seus arts. 65, 96 e 101, asseguram ao Presidente do Tribunal de Justiça, a iniciativa e a competência privativa de leis dessa natureza.

Assevera o autor, que os custos do presente projeto são estimados em aproximadamente R\$ 521.000,00 (quinhentos e vinte e um mil reais) para o exercício de 2013, R\$ 3.420.000,00 (três milhões quatrocentos e vinte mil reais) para o exercício de 2014 e R\$ 3.750.000,00 (três milhões setecentos e cinquenta mil reais) para o exercício de 2015, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça.

Encontra-se anexo à Proposta a declaração do ordenador de despesas, Desembargador Guilherme Luiz Gomes, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, informando que a Proposta apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2013, aprovado pela Lei Estadual nº 17.398, de 18 de dezembro de 2012 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

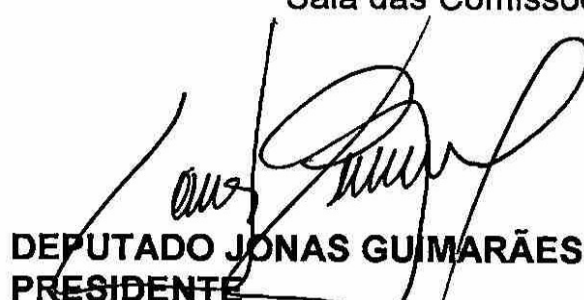
Por fim, esclarece o autor que as despesas decorrentes desta Lei, estão em conformidade com aos artigos 16, 17 e 22 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

CONCLUSÃO

Desta forma, opina-se pela Aprovação do Projeto de Lei nº 613/2013, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 27/11/13


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO ROBERTO ACIOLLI
RELATOR


Dep. Ayrton


Dep. Rn. Edson



PROJETO DE LEI

660/13

PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Florestópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Florestópolis, do imóvel denominado Lote nº 01 da Quadra nº 01, com área total de 36.300,92 m², situado no loteamento Jardim Floresta III, no Município de Florestópolis, conforme descrito na Matrícula nº 11.824 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Porecatu.

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade e imprescritibilidade, será usado para construção de casas populares.

Parágrafo único. O imóvel doado reverterá ao patrimônio do Estado caso o Município não cumpra a finalidade estabelecida no *caput* do presente artigo.

Art. 3º O Município terá o prazo máximo de dois anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade da mesma, caso contrário o referido bem retornará ao patrimônio do Estado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 20 de novembro de 2013.

CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

MENSAGEM

Nº 157/2013

Curitiba, 20 de novembro de 2013.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 25 NOV. 2013

[Assinatura]
1º Secretário

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Florestópolis, do imóvel denominado Lote nº 01 da Quadra nº 01, com área total de 36.300,92 m², situado no loteamento Jardim Floresta III, no Município de Florestópolis, conforme descrito na Matrícula nº 11.824 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Porecatu.

A presente proposta atende plenamente ao interesse público, eis que a referida área será utilizada para construção de casas populares.

É importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei constam dispositivos expressos no sentido de que o imóvel em referência ficará gravado com cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade e imprescritibilidade, que será usado exclusivamente para o fim previsto, que caberá ao Município efetuar, no prazo de dois anos, a regularização cartorial da referida área, caso contrário a mesma retornará ao patrimônio do Estado.

Por fim, com fulcro nas disposições do art. 66, § 1º da Constituição Estadual e do art. 198 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, solicito "REGIME DE URGÊNCIA" para a tramitação e votação da presente Mensagem Governamental.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

[Assinatura]
CARLOS ALBERTO RICHÁ

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 11.415.294-3

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em, 25 NOV. 2013

[Assinatura]
Presidente



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
LIDERANÇA DO GOVERNO



PARECER AO PROJETO DE LEI 660/2013

Projeto de Lei nº 660/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 157/2013

Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao município de Florestópolis.

EMENTA: DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE FLORESTÓPOLIS. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. PARECER PELA APROVAÇÃO.

RELATÓRIO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 157/2013, visa efetuar a doação ao município de Florestópolis, do imóvel com área total de 36.300,92 m², constituído pelo Lote nº 01, da Quadra nº 01, conforme Matrícula nº 11.824, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Porecatu, de propriedade do Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembléia

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba – Paraná

REGIME DE URGÊNCIA



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

LIDERANÇA DO GOVERNO



Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

LIDERANÇA DO GOVERNO

Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Ademais o Art. 17, I, "b" da lei n. 8.666/93, preceitua:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

(...)

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
LIDERANÇA DO GOVERNO



Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.


Sala das Comissões, 26 de novembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR



APROVADO

26.11.13 



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 660/2013

Projeto de Lei nº 660/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 157/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Florestópolis.

I – PREÂMBULO

O presente **Projeto de Lei 660/2013**, de autoria do Poder Executivo, através da **mensagem 157/2013**, objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Florestópolis, no Estado do Paraná, de área identificada como Lote nº 01 da Quadra nº 01, com área total de 36.300,92 m², situado no loteamento Jardim Floresta III, no Município de Florestópolis, conforme descrito na Matrícula nº 11.824 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Porecatu-PR.

II – RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 660/2013**, no qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisá-la o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Florestópolis no Estado do Paraná, com a doação de um imóvel destinado exclusivamente para a construção de casas populares no Município. A área a que se refere será destinada especificamente para esta finalidade, em benefício único e exclusivo da população, pois sabemos que investimentos desta natureza atendem diretamente ao interesse público e prezam por um fortalecimento regionalizado em busca da realização e ampliação de ações de melhoria da qualidade de vida. Este será um investimento por intermédio da Prefeitura Municipal e Governo do Estado, com obras que fortalecerão de forma direta o



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



desenvolvimento em Florestópolis, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já desenvolvida.

Cumpra a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral"*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O **Projeto de Lei 660/2013** em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 157/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:
I Existência de interesse público devidamente justificado;
(...)
(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando gravado em cláusula de inalienabilidade, que obriga a sua destinação de forma exclusiva ao bem comum de forma específica e devidamente justificada.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a qualidade de vida e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o **Projeto de Lei 660/2013**, no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de toda a população. Esta proposição faz referência a um imóvel apontado exclusivamente para uma destinação de consenso e benefício comum, restando assim, grande favorecimento na composição desta matéria para que possa ser aprovada por esta Comissão.

IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à proposição, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Ademar Traiano, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios ao Município de Florestópolis, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo **Parecer Favorável** ao referido **Projeto de Lei 660/2013**, em sua forma apresentada.

*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 27 de novembro de 2013.*

Jonas Guimarães

TERCÍLIO TURINI
Presidente da Comissão (Em exercício)

Teruo Kato
TERUO KATO
Relator

Adelino Ribeiro

Edson Praczyk



PROJETO DE LEI

661/13

PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Súmula: Autoriza a transformação da Autarquia Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA em Empresa Pública, sob a mesma denominação, e dá outras providências.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte Lei:***

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a transformar a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA, autarquia estadual criada nos termos da Lei nº 6.249, de 10 de novembro de 1971, em Empresa Pública, sob a mesma denominação, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística.

Parágrafo único. A APPA terá sede e foro na cidade de Paranaguá, tendo prazo de duração indeterminado, sub-rogando-se à autarquia em todos os seus direitos e obrigações.

Art. 2º A APPA tem por objetivo a administração e exploração dos portos de Paranaguá e Antonina, nos termos da delegação da União ao Estado do Paraná.

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto neste artigo, a APPA poderá exercer outras atividades compatíveis com suas atividades de autoridade portuária, observada a legislação aplicável e seu estatuto social.

Art. 3º A APPA terá capital social formado:

- I – pelos bens e direitos sub-rogados da autarquia;
- II – pelo valor dos equipamentos, móveis e imóveis em utilização e de propriedade da autarquia;
- III – outros valores que vierem a ser incorporados.

Art. 4º Constituirão recursos da empresa:

- I - as receitas operacionais decorrentes de tarifas, preços públicos, arrendamentos e outros oriundos da prestação dos serviços compatíveis com sua finalidade;
- II - os recursos de capital resultantes da conversão, em espécie, de bens e direitos;



III - os recursos de operações de crédito, assim entendidos os provenientes de empréstimos e financiamentos obtidos pela empresa;

IV - as receitas patrimoniais;

V - as receitas financeiras;

VI - as doações de qualquer espécie;

VII - os recursos destinados pela União Federal, Estado do Paraná e Municípios;

VIII - outras receitas que lhe forem destinadas.

Art. 5º A APPA gozará da imunidade tributária recíproca de que trata o art. 150, VI, "a", da Constituição da República.

Art. 6º Ato do Poder Executivo aprovará o Estatuto da APPA.

Parágrafo único. O Estatuto Social da empresa definirá composição, atribuições, competência, estrutura organizacional e demais condições para seu funcionamento, respeitadas as determinações legais cabíveis.

Art. 7º A APPA será dirigida por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

§ 1º Os membros do Conselho de Administração serão nomeados pelo Governador.

§ 2º Os membros da Diretoria Executiva serão nomeados pelo Governador, por indicação do Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística.

§ 3º A composição e a remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão disciplinados no decreto instituidor da empresa.

Art. 8º O regime de pessoal da APPA será o da legislação trabalhista comum, com contratação por concurso público.

Parágrafo único. A APPA poderá promover contratação de pessoal por período determinado, nos termos do que autoriza a legislação trabalhista, cujos contratos terão duração máxima e improrrogável de até dois anos, mediante processo seletivo público que observe os princípios da impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Art. 9º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei em até cento e oitenta dias, contados da publicação.

§ 1º O ato do Poder Executivo que aprovar o Estatuto determinará a data de instalação da empresa.

§ 2º Até que seja aprovado o Estatuto e instalada a empresa, continuarão vigorando as normas legais, regulamentares e regimentais atualmente aplicáveis à autarquia, notadamente em relação aos fins, competências, atribuições, estrutura jurídica, contratos e regime jurídico do pessoal, salvo no que contrariar a presente Lei.

Art. 10. Tendo em vista a necessidade de continuidade dos serviços prestados pela APPA, sua execução orçamentária e financeira, no exercício de 2013, continuará a ser procedida pela Unidade: 7731 - Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA.

Art.11. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais necessários à implementação da presente Lei e a criar o Orçamento de Investimentos da APPA.

Art. 12. A APPA ficará sujeita à fiscalização dos órgãos de controle interno do Poder Executivo Estadual e ao controle externo exercido pela Assembleia Legislativa, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

Art.13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 22 de novembro de 2013.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Curitiba, em 22 de novembro de 2013



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 25 NOV. 2013

mauro
1º Secretário

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em, 25 NOV. 2013

Thomaz
Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a transformar a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA, autarquia estadual criada nos termos da Lei nº 6.249, de 10 de novembro de 1971, em Empresa Pública, sob a mesma denominação, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística.

A Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA, nasceu com o objetivo de desenvolver as atividades portuárias do Paraná.

Desde então o sistema normativo-jurídico brasileiro passou por profundas alterações, mudanças extremamente significativas que se tornaram novos marcos legais, especialmente em 1988 com a promulgação da nova Constituição da República.

As novas diretrizes legais introduziram princípios no ordenamento jurídico brasileiro, as novas legislações impuseram novos comportamentos ao administrador público brasileiro, e de um modo bastante particular o sistema legislativo do setor portuário da mesma maneira, promovendo alterações profundas.

No ano de 1993 foi editada a Lei nº 8.630/1993 – chamada de “Lei de modernização dos portos”, o que, para aquele contexto, de fato era realidade.

A nova Lei trouxe naquele momento diversas mudanças, porém a mais significativa delas foi trazer a obrigatoriedade das administrações portuárias serem exclusivamente autoridades portuárias.

Excelentíssimo Senhor

Deputado VALDIR ROSSONI

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado

N/CAPITAL

AJB/Prot. 11.973.246-8



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Isso implicou na retirada da APPA das operações portuárias, que passaram a ocorrer por conta e risco dos chamados operadores portuários, empresas privadas habilitadas pelas autoridades portuárias, nos moldes da Lei.

De fato e de direito não havia mais a obrigação de realizar as operações portuárias por parte das Administrações, que passaram a figurar única e exclusivamente como sendo autoridades portuárias.

Essas modificações legislativas do ordenamento jurídico brasileiro criaram distorções que atingiram frontalmente a APPA, uma vez que seu decreto regulamentador – Decreto Estadual nº 7.447/1990 - foi criado e concebido sob a ótica de uma Autoridade Portuária também operadora portuária, ou seja, que realizava as atividades operacionais de carga/descarga de navios.

Como o Decreto Estadual nº 7.447/1990 ainda está em vigência, o problema persiste até a data presente, pois as funções nele previstas estão em desacordo com a realidade operacional da APPA, o que acaba promovendo as funções ou atribuições desviadas de sua forma natural, para as quais foram criadas, seja pela falta do quantitativo ideal ou pela qualificação específica, forçando escalas e jornadas prolongadas que acarretam via de consequência as malfadadas horas extraordinárias.

Como resultado dessa situação, a excessiva quantidade de reclamações trabalhistas visando a recomposição patrimonial oriunda dessas distorções nos custa verdadeiras fortunas anualmente.

Desde então nenhuma atitude concreta foi tomada, muito embora tenham surgidas tentativas isoladas, nenhuma delas logrou qualquer êxito, provocando um descaso que perdura mais de vinte e dois anos e um prejuízo que ultrapassa R\$ 1,3 bilhão de reais trazidos a valores presentes.

Essa incongruência já foi objeto de apontamento de diversos intervenientes, tais como TCE/PR – Tribunal de Contas do Estado do Paraná, MP – Ministério Público Estadual, MPF - Ministério Público Federal, MPT- Ministério Público do Trabalho, ANTAQ – Agência Nacional de Transporte Aquaviário e **CPI – ALEP/PR – Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.**

A CPI produziu um apanhado de informações e sugestões que restaram compiladas em seu relatório final, publicado em Diário Oficial do Estado – Edição 218 – Publicação 63 de 25 de maio de 2012.

Destaca-se que um dos assuntos pautados pelos Senhores Deputados integrantes da CPI foi a problemática e a onerosidade do chamado “passivo trabalhista”, o qual foi objeto de tópico apartado, conforme transcrição.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

(Transcrição de trecho do relatório final da CPI dos Portos – 25/05/2012
DIOE ED.218)

"PASSIVO TRABALHISTA

*Também no curso das investigações da CPI, fora constado a existência de passivo trabalhista ajuizado na monta de mais de R\$ 500.000.000,00, bem como a existência de centenas de processos ajuizados anualmente por parte dos servidores da APPA e dos demais terceirizados, na busca reiterada do **pagamento de horas extras inadimplidas, descumprimento de intervalos, desvios de função e até indenização por dano moral.***

Além das dificuldades históricas impostas pela legislação e modelo jurídico adotado para gestão portuária, restou demonstrado a precariedade da estrutura jurídica para atendimento do volume de demandas judiciais que tramitam em face da APPA.

Os informes disponibilizados pela Superintendência da APPA apontam que cerca de 50 milhões de reais por ano são pagos neste esqueje, além das verbas ordinárias com pessoal, o que realmente imputa um reiterado descontrole e irregularidades de ordem histórica, além do descompasso da atividade da autarquia com o seu modelo jurídico." (g.n.)

Ainda, a CPI – através dos Deputados Estaduais, concluiu que o Poder Executivo deveria adotar imediatamente providências no sentido de regularizar tal situação, eliminando as infundáveis demandas trabalhistas, assim como os fatos que as dão causa, promovendo inclusive alterações legislativas para as correções adequadas que se fizerem necessárias.

Todavia a evolução da legislação de arrimo continuou e, em seu episódio mais recente, houve a edição da MP 595 – chamada de MP dos Portos, convertida na Lei Federal nº 12.815/2013, regulamentada pelo Decreto Federal nº 8.033/2013.

As novas figuras normativas atuais do sistema portuário brasileiro trazem com clareza, para os entes delegados, apenas a possibilidade de Administração Indireta, consubstanciadas nas modalidades de Sociedade de Economia Mista ou então Empresa Pública.

As Sociedades de Economia Mista são, em sua essência, empresas que realizam distribuições de lucros e que, obrigatoriamente, são compostas por mais de um sócio, o que ofenderia as obrigações previstas no Convênio de Delegação, o qual exige a destinação exclusiva das receitas da APPA em suas próprias atividades.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Cabe destacar que esta transformação melhor se realizará no formato de Empresa Pública, haja vista o controle societário permanecer sob domínio completo e total do Estado do Paraná.

Também, a presente transformação possibilitará a APPA promover, com maior agilidade e sem as restrições decorrentes do atual modelo, a formatação de um quadro de pessoal profissional adequado às novas exigências da Lei, a ser admitido por concurso público, visando corrigir, num curto espaço de tempo, os desvios funcionais, excessos de horas extras e seus reflexos.

É preciso destacar que os novos marcos regulatórios do setor reafirmam a condição trazida pela Lei anterior (Lei nº 8.630/1993), qual seja, a condição exclusiva de autoridade portuária, reforçando a condição das administrações não atuarem como operadores portuários propriamente dito.

Ainda, trouxe a baila (art. 17 da Lei Federal nº 12.815/2013¹) as atribuições sob a nova ótica, da figura de autoridade portuária.

1Art. 17. A administração do porto é exercida diretamente pela União, pela delegatária ou pela entidade concessionária do porto organizado.

§ 1º Compete à administração do porto organizado, denominada autoridade portuária:

- I - cumprir e fazer cumprir as leis, os regulamentos e os contratos de concessão;
- II - assegurar o gozo das vantagens decorrentes do melhoramento e aparelhamento do porto ao comércio e à navegação;
- III - pré-qualificar os operadores portuários, de acordo com as normas estabelecidas pelo poder concedente;
- IV - arrecadar os valores das tarifas relativas às suas atividades;
- V - fiscalizar ou executar as obras de construção, reforma, ampliação, melhoramento e conservação das instalações portuárias;
- VI - fiscalizar a operação portuária, zelando pela realização das atividades com regularidade, eficiência, segurança e respeito ao meio ambiente;
- VII - promover a remoção de embarcações ou cascos de embarcações que possam prejudicar o acesso ao porto;
- VIII - autorizar a entrada e saída, inclusive atracação e desatracação, o fundeio e o tráfego de embarcação na área do porto, ouvidas as demais autoridades do porto;
- IX - autorizar a movimentação de carga das embarcações, ressalvada a competência da autoridade marítima em situações de assistência e salvamento de embarcação, ouvidas as demais autoridades do porto;
- X - suspender operações portuárias que prejudiquem o funcionamento do porto, ressalvados os aspectos de interesse da autoridade marítima responsável pela segurança do tráfego aquaviário;
- XI - reportar infrações e representar perante a Antaq, visando à instauração de processo administrativo e aplicação das penalidades previstas em lei, em regulamento e nos contratos;
- XII - adotar as medidas solicitadas pelas demais autoridades no porto;
- XIII - prestar apoio técnico e administrativo ao conselho de autoridade portuária e ao órgão de gestão de mão de obra;
- XIV - estabelecer o horário de funcionamento do porto, observadas as diretrizes da Secretaria de Portos da Presidência da República, e as jornadas de trabalho no cais de uso público; e
- XV - organizar a guarda portuária, em conformidade com a regulamentação expedida pelo poder concedente.

§ 2º A autoridade portuária elaborará e submeterá à aprovação da Secretaria de Portos da Presidência da República o respectivo Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto.

§ 3º O disposto nos incisos IX e X do § 1º não se aplica à embarcação militar que não esteja praticando comércio.

§ 4º A autoridade marítima responsável pela segurança do tráfego pode intervir para assegurar aos navios da Marinha do Brasil a prioridade para atracação no porto.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Nesse contexto, ao analisar a fundo a questão, com a responsabilidade e reflexão que o assunto merece, não restou outra senão a presente proposição legislativa como sendo a única e também a saída mais adequada à realidade futura da empresa.

Isso porque a situação hoje vivenciada pela APPA não encontra respaldo jurídico consolidado, visto que é tido como regime híbrido, pois é legalmente uma autarquia mas não reconhecida como tal.

Diante dessa realidade, seu quadro de servidores é celetista e não estatutário, em desconformidade com a legislação.

O Poder Judiciário não reconhece a condição autárquica da APPA, tanto é verdade que a Justiça do Trabalho exarou a OJ – Orientação Jurisprudencial nº 87 que dispõe especificamente sobre a APPA, determinando que as execuções se processem diretamente e não mediante precatório, dentre tantas outras incongruências vividas pela autarquia.

Todavia, é preciso buscar alguma saída para que se possa solucionar esse imbróglio de maneira definitiva, e que coloque a APPA novamente nas diretrizes do futuro.

Futuro do setor portuário nacional que está em plena fase de expansão, face as conhecidas e excessivas demandas que o mercado oferece e o sistema não tem condições adequadas de atendimento.

Não restam dúvidas que a adequação da APPA ao dinamismo exigido pelo setor e pelas atividades portuárias está incompatível com a atual realidade autárquica.

É preciso dar velocidade de atendimento e respostas aos anseios da sociedade paranaense e de todo Brasil.

Nessa toada, buscar excelência na prestação dos serviços de obrigação da APPA é dever do Estado, face a obrigação assumida em razão da histórica delegação.

Ainda, é necessário o destravamento do setor, a fim de dar efetiva pujança ao crescimento reprimido do setor portuário brasileiro, melhorando o atendimento aos usuários do porto.

Portanto, a presente medida legislativa visa alcançar a correção das distorções legislativas ocorridas ao longo dos anos, recompondo a condição ideal à APPA, fazendo frente às novas demandas.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Vale dizer que a promoção das adequações necessárias foram sugeridas por esse próprio Poder, corrigindo um problema que perdura há mais de vinte anos, colocando a APPA frente ao futuro projetando a qualidade prestacional de seus serviços no setor portuário paranaense.

É neste sentido que esperamos o apoio dos nobres Parlamentares, dando guarida e celeridade à presente medida, uma vez que o passivo trabalhista continuará sendo gerado, até ulterior mudança legislativa.

Por fim, com fulcro nas disposições do art. 66, § 1º da Constituição Estadual e do art. 198 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, solicito "REGIME DE URGÊNCIA" para a tramitação e votação da presente Mensagem Governamental.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHÁ

Governador do Estado

COORDENAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO



Informação nº 036/2013

Assunto: Anteprojeto de Lei. Transformação da Autarquia Estadual – APPA – em
Empresa Pública
Protocolo: 11.973.246-8

1. Breve relatório

Trata o protocolado de anteprojeto de lei proposto pelo Grupo de Trabalho instituído pela Resolução Conjunta SEIL/SEAP/SEPL/APPA/PGE/PRPREV nº 01/2013 (fls. 07), visando a transformação da forma jurídica da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA, entidade integrante da administração indireta do Estado do Paraná, atualmente organizada como autarquia, em empresa pública.

É intenção do presente de que o Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná proponha à Assembléia Legislativa uma nova estrutura institucional para os Portos do Paraná. Da análise do protocolo em questão, percebe-se às fls. 07 a Resolução Conjunta para instituir Comissão a fim de viabilizar estudo do novo quadro de pessoal, bem como novo regime jurídico da APPA. A justificativa para tanto se dá em razão de:

* dificuldades com relação ao efetivo de pessoal, quadro funcional, plano de cargos e salários,

Confere com o original
SEEG/CTL, em 25/11/23

Ass.

* diversas alterações legislativas que criaram distorções que atingem frontalmente a APPA, tais como atribuições desviadas de sua forma natural pelas quais foram criadas devido a falta do quantitativo ideal, forçando escalas e jornadas prolongadas que acarretam em horas extraordinárias;

* enorme demanda trabalhista, devido aos motivos anteriormente informados, visando a recomposição patrimonial de servidores oriunda dessas distorções. Passivo trabalhista estimado: R\$ 700 milhões.

Estão acostadas ao protocolo diversas atas de reuniões em que tiveram a presença da comissão designada pela já referida Resolução Conjunta SEIL/SEAP/SEPL/APPA/PGE/PRPREV nº 001/2013 a fim de viabilizar estudo do Novo Quadro de Pessoal e Regime Jurídico da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA.

- ATA 1ª REUNIÃO:

Deliberações sobre:

-dia e horário das próximas reuniões;

-apresentação de cada secretaria envolvida de estudo sobre a migração do regime jurídico ou manutenção da condição de autarquia;

- ATA 2ª REUNIÃO:

-SEPL:

Do ponto de vista da SEPL a alteração do regime jurídico não causaria impacto no orçamento do Estado

-SEAP:

"caso permaneça o regime atual, o quadro existente poderia ficar em extinção, criando-se um novo plano de carreira, pois o QPPE não contempla as funções da APPA e caso

seja alterado o regime jurídico para Empresa Pública, foge da sua competência por se tratar de regime celetista.

-PRPREV

"caso permaneça o regime celetista, deverá ser obedecido o regime geral de previdência, bem como a aposentadoria será limitada pelo teto do INSS. Se contribuiu pelo Regime Geral, necessariamente deverá se aposentar pelo mesmo. Todos os novos funcionários deverão ser estatutários e estariam submetidos ao regime próprio de previdência".

-PGE

Informa que a transposição do regime celetista para o estatutário não pode ser realizada, pois afronta os artigos 34, II e 40 da CF, uma vez que ninguém pode usufruir da previdência se não contribuiu ao longo dos anos.

"A solução mais sustentável é a transformação da APPA em empresa pública, colocando o quadro atual em extinção e a formação de um novo quadro mediante concurso público."


- 3ª REUNIÃO (fls. 17/19)

- APPA:

"com relação ao estudo enviado por e-mail pela SEPL, a APPA informa que a relação de despesa x pessoal demonstrada pela SEPL é momentânea, uma vez que devido ao elevado número de investimentos e despesas futuras, este índice poderá aumentar em um curto espaço de tempo, colocando em risco o percentual previsto na LRF. A APPA vai repassar para a SEPL as projeções referentes aos investimentos dos próximos 5 anos que repercutirão nos índices de despesa de pessoal. A SEPL consultará a SEFA para identificar os impactos nos índices de despesas de pessoal na folha de pagamento do Estado".

- SEAP:

Folha de pagamento da APPA: R\$ 5.823.070,22;

Confere com o original
SEEG/CTL, em 25/11/13
Ass. 

Folha de pagamento do Estado: R\$ 1.162.107.302,00

Deixando de ser Autarquia, ficaria fora do âmbito de competência da SEAP;

- IMPACTOS PREVIDENCIÁRIOS DECORRENTES DA INCORPORAÇÃO DOS SERVIDORES DA APPA NO RPPS DO ESTADO DO PARANÁ – fls. 21/23

- ATA 4ª REUNIÃO (fls. 25 a 27)

Troca de informações sobre PDV em outras entidades.

- ATA 5ª REUNIÃO (fls. 28 a 30):

Debate.

- ATA 6ª REUNIÃO (fls. 31 a 38)

Conclusão dos trabalhos:

“A COMISSÃO RECOMENDA: 1) ao Governo do Estado do Paraná que atribua a uma empresa pública a condição de executória do Convenio de Delegação n. 037/2001 firmado entre a União Federal e o Estado do Paraná, mediante a transformação da natureza jurídica da APPA; 2) Seja criado um novo quadro de empregados da APPA, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT; 3) Seja colocado em extinção o atual quadro de empregados; 4) Seja mantido o Regime Geral de Previdência Social – RGPS. 5) Implantação de um Plano de Demissão Voluntária nos moldes já adotados pelo Estado do Paraná; 6) Minuta de projeto de lei de autorização para transformação em empresa pública.”

Às fls. 62 e seguintes, estão acostadas a Minuta do Projeto de Lei e a conseqüente Justificativa.

Confere com o original
SEEG/CTL, em
Ass.

Às fls. 72/73, observa-se Parecer Técnico nº 36/2013 – CMI/SEPL, o qual concluiu que, após análise da matéria nos aspectos restritos a sua competência, no que se refere a organização da empresa, afirmando, por fim, que nada tem a obstar.

A Coordenação de Orçamento e Programação manifestou-se sob a Informação nº 601/2013 – COP/SEPL (fls. 74), também no sentido de nada obstar quanto ao solicitado.

Em protocolo apartado que trata do mesmo assunto, fora juntada a Informação nº 133/2013 ATJ-GAB-PGE, de lavra da Assessoria Técnica do Gabinete do Procurador-Geral a qual assim concluiu acerca da adequação jurídica da transformação da autarquia em empresa pública :

"Diante as razões expostas, e considerando (i) a priorização dada pela nova lei de portos às figuras da empresa pública e da sociedade de economia mista, (ii) que com a transformação da APPA em empresa pública ela permanecerá como ente da administração pública indireta estadual; (ii) que esta transformação não importará em alteração das disposições do Convênio de Delegação, pois a APPA permanecerá existindo e permanecerá integrante da administração indireta, exercendo suas funções e obrigações de interveniente executora do Delegatário no Convênio de Delegação nº 37/2001; conclui este órgão de assessoria técnica, salvo melhor juízo, pela viabilidade jurídica da transformação da APPA em empresa pública, desde que realizada mediante lei, sendo dispensável prévia consulta à ANTAQ e a formulação de Termo Aditivo ao Convênio de Delegação, não obstante esta providência possa ser efetivada acaso assim entenda a autoridade estadual responsável pela tomada de decisão."

(grifo nosso)

Confere com original
SEEG/CTL, em 25/11/13
Ass. _____

2. Análise da CAFE

A transformação da APPA em Empresa Pública, segundo conclusão apresentada pela assessoria técnica da PGE, é juridicamente viável. Entretanto, de acordo com análise desta Coordenação acerca do impacto financeiro, temos que:

O total da Receita Corrente Líquida referente aos últimos doze meses, é de R\$ 23.772.114.947,02 (vinte e três bilhões, setecentos e setenta e dois milhões, cento e quatorze mil, novecentos e quarenta e sete reais e dois centavos) e, inserida neste montante, tem-se a Receita referente à APPA no valor de R\$ 273.766.063,51 (duzentos e setenta e três milhões, setecentos e sessenta e seis mil, sessenta e três reais e cinquenta e um centavos).

Já a despesa de pessoal do Poder Executivo referente aos últimos doze meses perfaz o montante de R\$ 11.575.678.984,93 (onze bilhões, quinhentos e setenta e cinco milhões, seiscentos e setenta e oito mil, novecentos e oitenta e quatro reais e noventa e três centavos), fazendo parte deste valor a despesa de pessoal da APPA que é de R\$ 104.666.773,52 (cento e quatro milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, setecentos e setenta e três reais e cinquenta e dois centavos).

Sendo assim, analisando o caso concreto da transformação da APPA em Empresa Pública e o seu impacto financeiro no índice de dispêndio com pessoal do Poder Executivo, observamos que será, em média, de 0,12% (ver quadro em anexo).

Conclui-se, portanto, a partir dos números apresentados no quadro em anexo, que haverá impacto financeiro, uma vez que a Receita da APPA tem considerável representatividade e sairá do cômputo da Receita Corrente Líquida do Estado.

Confere com o original
SEEG/CTL, em 22/11/13
Ass. [Assinatura]

Esta é a razão do aumento de 0,12% do índice de pessoal que, no momento, encontra-se em 48,68% do total da Receita Corrente Líquida. Com o aumento de 0,12%, o índice subiria para 48,81%, correspondendo a 99,61% do total permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

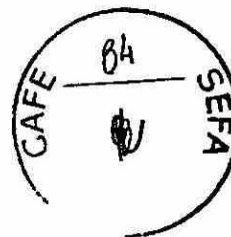
Destacamos também que, de acordo com o Projeto de Lei (fls. 63), a APPA levará com a sua transformação todo o passivo trabalhista, suas futuras obrigações com as demais ações já ajuizadas e outras que porventura sejam. É o que se depreende do art. 1º, parágrafo único do supracitado Projeto de Lei. Vejamos:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a transformar a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA, autarquia estadual criada nos termos da Lei nº 6.249/1971, em Empresa Pública, sob a mesma denominação, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e financeira, vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística.

Parágrafo Único. A APPA terá sede e foro na cidade de Paranaguá, tendo prazo de duração indeterminado, sub-rogando-se à autarquia em todos os seus direitos e obrigações.

Em última análise, e tendo por base o conteúdo do presente protocolado, do outro lado observa-se que a atual situação da APPA também traz impacto financeiro, uma vez que encontra-se impedida de renovar seu quadro de pessoal devido o índice de despesa com pessoal do Poder Executivo ter ultrapassado o limite prudencial (art. 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Sendo assim, como Empresa Pública, a APPA poderá realizar concurso público colocando fim à intensa demanda judicial trabalhista que, segundo consta do presente protocolado, gera um passivo trabalhista que atualmente totaliza um montante de aproximadamente R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais).



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Fazenda

Por todo o exposto, encaminhe-se à Procuradoria Geral do Estado para dar prosseguimento ao feito.

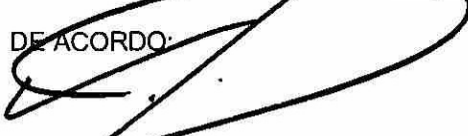
É a informação.


Curitiba, 05 de novembro de 2013.

Danielle Barrozo Cavalcante
Assessora da CAFE


Fádua Kubrusly Cruz
Coordenadora da Administração Financeira do Estado
Encaminhe-se ao DG/SEFA. Em / / .

DE ACORDO:


Vitor Puppi
Diretor Geral da Secretaria de Estado da Fazenda
Encaminhe-se à PGE. Em 05/11/13.

Confere com o original
SEEG/CTL, em 29/11/13
Ass. 



Secretaria de Estado da Fazenda
Coordenação da Administração Financeira do Estado
Divisão de Controle da Receita e Dívida Pública

IMPACTO SOBRE A RECEITA E DESPESA DO APPA NO PODER EXECUTIVO

DISCRIMINAÇÃO	Valores em Reais	
	SETE/AGO/13 (últimos 12 meses)	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (I)	23.772.114.947,02	
Participação do APPA na RCL	273.766.063,51	
Participação de Outros Órgão do Estado na RCL	23.498.348.883,51	
DESPESA COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO (II)	11.575.678.984,93	
Participação do APPA na Despesa c/ Pessoal	104.666.773,52	
Participação de Outros Órgão do Estado na Despesa c/ Pessoal	11.471.012.211,41	
PERCENTUAL DE GASTO COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO (III) =(II/I)	48,69%	
Participação do APPA na Despesa c/ Pessoal	0,44%	
Participação de Outros Órgão do Estado na Despesa c/ Pessoal	48,25%	
IMPACTO SOBRE A SAÍDA DA RECEITA E DESPESA DO APPA DO PODER EXECUTIVO (IV) = (V/VI)	48,82%	
Receita Corrente Líquida - (V)	23.498.348.883,51	
Despesa com Pessoal do Poder Executivo (VI)	11.471.012.211,41	

Confere com o original
SEEG/CTL, em 29/11/13
Ass.

SEFA - PR

Logo o Acréscimo do Limite de Gastos com Pessoal no período de Ago/12 a Set/13 é de 0,12%



Coordenação da Administração Financeira do Estado - CAFE



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 661/2013

Projeto de Lei nº 661/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 159/2013

Súmula: Autoriza a transformação da Autarquia Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA em Empresa Pública, sob a mesma denominação, e dá outras providências.

EMENTA: TRANSFORMAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA – APPA. AUTARQUIA PARA EMPRESA PÚBLICA. POSSIBILIDADE. ART 21, XII, “f”, CF. ART. 17 DA LEI FEDERAL Nº 12.815/2013. ART. 27, XVIII E XIX DA CE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 124 REGIMENTO INTERNO DA ALEP. ARTS. 65, 66 E 87 DA CE. IMPACTO FINANCEIRO. PARECER DA COORDENAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONALIDADE. LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

VISTA EM 26/11/2013

Dep. Pericles Mello

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

CCJ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo objetiva transformar a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA (autarquia estadual criada nos termos da Lei nº 6.249, de 10 de novembro de 1971) em empresa pública, sob a mesma denominação, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifo nosso)

Com relação a iniciativa das Leis, ainda, oportuno observar a **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ**, em seu artigo 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Inclusive, deve-se destacar que o referido tema é de competência privativa do Governador do Estado, conforme pode ser observado pelos artigos 66, IV e 87, III da **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ**:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública. (grifo nosso)

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:
(vide ADIN 979-6)

III - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual; (grifo nosso)

Da análise do presente projeto de lei observa-se que, o objetivo é transformar a APPA em empresa pública, haja vista o controle societário permanecer sob o domínio completo e total do Estado, sub-rogados, à autarquia, todos os direitos e obrigações.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Assim, cumpre salientar que a exploração dos portos é de competência da União, direta ou indiretamente, assim previsto na **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA**, artigo 21, inciso XII, "f", conforme segue:

Art. 21. Compete à União:

(...)

XII - explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão:

(...)

f) os portos marítimos, fluviais e lacustres;

Atualmente, no Estado do Paraná, a autarquia Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA é responsável por gerir os portos paranaenses através do **CONVÊNIO DE DELEGAÇÃO Nº 037/2001**, celebrando em 11 de dezembro de 2001 entre o Estado do Paraná e a União com validade de 25 anos, que vigorará até 1º janeiro de 2027, com possibilidade de prorrogação.

Ademais, cumpre salientar a norma legal do artigo 17 da Lei Federal nº 12.815/2013, que dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias, conforme segue:

Art. 17. A administração do porto é exercida diretamente pela União, pela delegatária ou pela entidade concessionária do porto organizado.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Dessa forma, possível o assunto em tela ser objeto do presente projeto, considerando o previsto na **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ**, artigo 27, inciso XVIII e XIX, conforme adiante transcrito:

Art. 27. A administração pública direta, indireta e fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, eficiência, motivação, economicidade e, também, ao seguinte:

(Redação dada pela Emenda Constitucional 11 de 10/12/2001) (vide Lei 16867 de 12/07/2011)

(...)

XVIII - somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;

(Redação dada pela Emenda Constitucional 7 de 24/04/2000)

XIX - depende de autorização legislativa a transformação, fusão, cisão, incorporação, extinção e privatização e, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada; (grifo nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Vislumbra-se, portanto, que o presente projeto de lei é perfeitamente possível e o Poder Executivo detém a competência necessária para tal proposição.

Ademais, cumpre observar se o presente projeto viola a Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/00.

Para tanto, se observa da Informação nº 036/2013, da Coordenação da Administração Financeira do Estado que, haverá impacto de, em média, 0,12%, conforme fls.16.

Neste sentido, é o parecer às fls. 17: ***“Esta é a razão do aumento de 0,12% do índice de pessoal que, no momento, encontra-se em 48,68% do total da Receita Corrente Líquida. Com o aumento de 0,12%, o índice subiria para 48,81%, correspondendo a 99,61% do total permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.”***

Dessa forma, conforme declaração anexa ao projeto não existe violação em face da mencionada Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar Federal 95/98.

CONCLUSÃO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

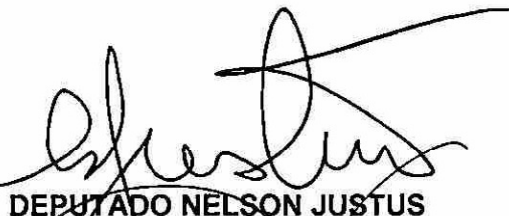
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 26 de novembro de 2013.

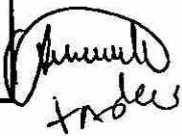

DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR


Turini

VOTO
CONTRARIO
AO PARECER
Pr Edson Pr.
Pericles Mello
Tadeu Generi

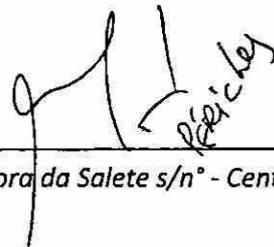

Tadeu Generi


Ademir Trindade


Roberto

APROVADO


R. Edson


Pericles



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

REQUERIMENTO

(COMISSÃO GERAL)

DESPACHO

I - RECEBIDO

II - PROTOCOLE-SE

III - DECORRIDO PRAZO REGIMENTAL DE 24H, INCLUIR NA SESSÃO

PLENÁRIA PARA DELIBERAÇÃO

IV - À DAP PARA PROVIDÊNCIAS

SALA DAS SESSÕES DATA

PRESENTE

02 DEZ. 2013

Requer a Transformação das Sessões Plenárias de 03 de dezembro, próxima terça-feira, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação do Projeto de Lei nº 661/13.

Senhor Presidente,

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **requerem**, com fundamento no art. 107 do Regimento Interno desta Casa, após ouvido o Douto Plenário, a transformação das Sessões Plenárias de 03 de dezembro, próxima terça-feira, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação do Projeto de Lei nº 661/13.

Sala das Sessões em, 02 de dezembro de 2013.

15:38 02/12/2013 010414 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

(Assinaturas manuscritas dos deputados subscrevendo o requerimento)

Assinaturas identificadas (de cima para baixo, da esquerda para a direita):

- 1 - Douglas Fabiano
- 2 - Wilson
- 3 - Telcio
- 4 - Adriano
- 5 - B. B. B.
- 6 - B. B. B.
- 7 - B. B. B.
- 8 - B. B. B.
- 9 - B. B. B.
- 10 - B. B. B.
- 11 - B. B. B.
- 12 - B. B. B.
- 13 - B. B. B.
- 14 - B. B. B.
- 15 - B. B. B.
- 16 - B. B. B.
- 17 - B. B. B.
- 18 - B. B. B.